



O Mundo em Desenvolvimento: Área de despejo (dumping) de alimentos irradiados

Dumping é uma palavra desagradável que descreve uma prática igualmente desagradável. Tem conotação de despejamento, de abandono, de imposição. O lixo é despejado onde não possa ser visto, nem se possa pensar sobre ele, e os problemas são descarregados sobre aqueles que não têm poder para rejeitá-los. O *dumping* é um ato irresponsável e arrogante que envolve abuso de poder. E é justamente o que se fará com os excedentes de alimentos irradiados.

A agricultura industrializada que se pratica no mundo desenvolvido facilita a produção de alimentos em larga escala a um baixo custo. Os excedentes que não forem vendidos no mercado local podem acabar sendo exportados, com subsídios governamentais, inundando o mercado mundial, levando assim a uma queda global dos preços e prejudicando a concorrência dentro dos próprios países importadores.

Isso seria desastroso para os agricultores que produzem em pequena escala, e ficam impedidos de competir com os preços artificialmente baixos criados por programas governamentais de subsídio do opulento Norte Desenvolvido.

A inclusão da agricultura nas políticas comerciais, na estrutura da OMC (Organização Mundial do Comércio), e da NAFTA (North American Free Trade Agreement), e em outros tratados internacionais, tem exacerbado ainda mais a amplitude do despejo de produtos agrícolas. Segundo os tratados comerciais internacionais, os países poderiam acabar vendo-se forçados a importar bens vendidos a preços inferiores aos de seus próprios produtos. Essa ameaça econômica pode também ter efeitos devastadores para a segurança alimentar, o meio ambiente e o tecido social dos países em desenvolvimento.

Além do mais, os países podem se ver forçados a importar alimentos que não se atenam às normas por eles praticadas. Segundo o Acordo Sanitário e Fitosanitário da Organização Mundial do Comércio (OMC), as leis de segurança alimentar internas e a aplicação do princípio precautório por parte de uma nação podem ser taxados de "barreiras ao comércio", sendo passíveis de impugnação pelo poderoso sistema de resolução de disputas da OMC, cujas decisões são de cumprimento obrigatório.

O Acordo Sanitário e Fitosanitário da OMC reconhece a *Codex Alimentarius Commission* como reguladora das normas internacionais de segurança

alimentar. Porém, a *Codex* não só tem estabelecido regras deficientes com relação aos alimentos irradiados, como está, atualmente, viabilizando sua atenuação. Como conseqüência, os países podem acabar ficando obrigados a importar alimentos irradiados e outros, mesmo que estes não obedeçam às suas normas internas de segurança alimentar.

A irradiação de alimentos, ao ser aplicada em larga escala, levará a um aumento do *dumping*. Com um tempo de prateleira que chega a ser três vezes superior ao usual, os excedentes de alimentos irradiados irão aumentar, e serão descarregados pelas empresas do setor alimentício sobre quem quer que esteja disposto a aceitá-los, ou seja, sobre as populações economicamente limitadas dos países em desenvolvimento. Devido ao alto custo do processo, os alimentos básicos serão irradiados nos países desenvolvidos, sendo despejados nos países pobres do hemisfério Sul.

Como os agricultores dos países em desenvolvimento não estarão preparados para competir com esses alimentos importados mais baratos, suas terras e mão-de-obra poderão acabar aplicados em *joint ventures* caça-níqueis de produtos tropicais. Os produtos dessas monoculturas serão ainda irradiados e remetidos a um baixo custo para o mundo industrializado. Essa prática, norteadas apenas pela rentabilidade econômica, deixa de lado a diversidade agrícola -e a sustentabilidade ecológica que esta traz consigo.

Logo, o *dumping* irá ocorrer em ambas as direções: os excedentes de alimentos básicos irão para o mundo em desenvolvimento, e os produtos de luxo para o desenvolvido, em detrimento da autonomia econômica, da soberania alimentar e da sustentabilidade ambiental.

O *dumping* de alimentos irradiados não só causará danos às economias locais, como também afetará negativamente a saúde de suas populações. Os alimentos irradiados não tiveram comprovada sua inocuidade para o consumo humano, e pesquisas mostraram, aliás, que estes alimentos podem ocasionar câncer, mutações genéticas, natimortos, disfunção de órgãos, deficiências nutricionais, e outros problemas sérios de saúde em cobaias.

Além disso, a irradiação dos alimentos provoca uma diminuição drástica de seu valor nutricional. Em decorrência da irradiação, as vitaminas sofrem perdas substanciais, que são aceleradas ainda pelo aumento do

tempo de armazenamento, e mais tarde pelo cozimento.¹ Os alimentos irradiados carecem de uma quantidade suficiente de nutrientes, e abundam em riscos à saúde. Os países em desenvolvimento não devem ficar obrigados a consumir alimentos perigosos, plásticos, em benefício do livre comércio global e dos lucros empresariais.

Alimentos irradiados são descarregados por meio de acordos comerciais. E não só: seus excedentes serão provavelmente canalizados por programas de auxílio alimentar. Os Estados Unidos estão atualmente enviando, como auxílio alimentar e em casos de desastres, alimentos geneticamente modificados, não rotulados como tais, para países em desenvolvimento em todo o globo.² Assim sendo, provavelmente não sentirão nenhum remorso em passar alimentos irradiados de primeira necessidade aos milhões de famintos do mundo todo.

Assim como no caso das "intervenções militares humanitárias", o governo dos EUA vangloria-se tanto de sua benevolência quanto do benefício próprio que obtém com o "dumping com fins humanitários". Com efeito, o ex-secretário de Agricultura, Dan Glickman, tem proposto o uso da ajuda humanitária visando favorecer os planos das empresas.

Glickman tem incentivado a contribuição de empresas multinacionais com alimentos geneticamente modificados para programas de ajuda externa: "Se tivessem uma visão de longo prazo, perceberiam as vantagens de se concentrar no mundo em desenvolvimento, não só como uma demonstração de cidadania empresarial, mas também levando em conta que esse investimento, em última instância, retornará na medida em que os países em desenvolvimento se transformarem em clientes leais".³ Essa postura estabelece um novo axioma do desenvolvimento empresarial: em lugar de ensinar as pessoas a pescar, deve-se distribuir latas de sardinha irradiada com cupons para compras futuras.

Alimentar o mundo com produtos irradiados faz parte do programa de relações públicas tanto de organismos internacionais quanto das empresas multinacionais. No intuito de ganhar a aceitação de grupos de ajuda e se apresentar sob uma aura de nobres intenções, a Agência Internacional de Energia Atômica, a Titan Corporation (empresa contratada pelos EUA

para a criação do escudo antimísseis) e outras entidades transnacionais, encaminharam propostas suspeitas para utilizar a irradiação como a "varinha de condão" que acabará com a fome mundial. Ao mesmo tempo, promovem os alimentos irradiados como uma arma de alta tecnologia na guerra contra a fome e a desnutrição, fazendo vista grossa às raízes políticas da fome e da miséria.

A irradiação de alimentos, aliada ao *dumping* agrícola, irá representar um pesadelo para o desenvolvimento sustentável. A crescente consolidação do fornecimento de alimentos industrializados irá criar um alto nível de dependência das relações de importação e exportação, destruindo pouco a pouco a segurança e soberania alimentares, o direito básico de acesso à alimentação, e o direito de cada país de definir suas próprias políticas alimentar e agrícola.⁴

A industrialização da agricultura aumenta a pressão sobre o meio ambiente, já que acentua o desmatamento, a poluição das vias fluviais com lixo e produtos químicos, além de privar a terra de micronutrientes, e acabar com a auto-sustentabilidade que deriva dos métodos agrícolas tradicionais e da rotação de cultivos.⁵

A destruição das propriedades agrícolas familiares leva ao êxodo rural e ao inchaço urbano, à miséria, e a uma infinidade de outros prejuízos sociais que resultam do estresse social e da depressão econômica. As conseqüências desta desordem econômica, política e social recaem em geral sobre as mulheres, marginalizadas, que carecem da devida representação, e suportam a grande carga de trabalho na maioria das sociedades.⁶

O mundo industrializado vem explorando os países em desenvolvimento há muito tempo, lançando mão de uma profusão de normas e práticas econômicas e políticas perniciosas. Como se não bastassem os danos já sofridos, a crescente aplicação da irradiação alimentar promete o despejo de mais estratégias impróprias de desenvolvimento, mais normas comerciais contra-producentes, além do aumento dos riscos para a saúde nos países em vias de desenvolvimento.

Para mais informações Contate-nos:
202-546-4996, cmep@citizen.org,
www.citizen.org/cmep/

¹ Webb, Tony et al. *Food Irradiation: Who Wants It?* Thorsons Publishing Group: England, 1987.

² "Food Aid in the New Millennium: Genetically Engineered Food and Foreign Assistance", Food First/Institute for Food and Development Policy Fact Sheet, December 2000.

³ "U.S. Debate Over Biotech Food Ignores its Humanitarian Potential," Associated Press, July 17, 2000, cited in "Food Aid in the New Millennium: Genetically Engineered Food and Foreign Assistance", Food First/Institute for Food and Development Policy Fact Sheet, December 2000.

⁴ "Food Sovereignty and International Trade" Via Campesina, October 2000.

⁵ "Agriculture in Developing Countries: Which Way Forward? Small Farmers and the Need for Alternative, Development-Friendly Food Production Systems" by Aileen Kwa, The South Centre.

⁶ See "Trade and Hunger: An Overview of Case Studies on the Impact of Trade Liberalisation on Food Security" by John Madeley, Forum Syd, 2000.

